

O mito e o espelho:

A ideia de Europa em Eduardo Lourenço

José Eduardo Franco¹

“Porém, vindo na Europa o eldorado bem-aventurado da Terra sem Mal, tornámo-nos europeus com a mesma inocência angélica, isto é, ingénua e dogmática, com que no passado fôramos imperiais e colonialistas, como a ortodoxia católica imaginara ser Portugal o Paraíso terrestre sob o Estado Novo e como a ortodoxia comunista imaginara ser a União Soviética o “Sol da Terra”. Neste sentido, tornámo-nos heterodoxos porque a democracia e a liberdade a isso nos impunham, mas, dentro da heterodoxia, logo buscámos uma Terra Prometida, mãe consoladora e remédio de todos os males.”

Miguel Real²

“Eduardo Lourenço surpreende-nos ao falar de uma Europa desencantada. A Europa era, de algum modo, vítima do seu próprio sucesso. Acabara a Guerra Fria, o império soviético desmorona-se e havia novas expectativas e novas perplexidades a ditarem a sua lei. A fragilidade europeia estava à vista, provindo quer da dificuldade interna de superar contradições antigas, quer de uma campanha externa persistente no sentido de não deixar o velho continente ser aquilo que desejava ser”.

Guilherme d’Oliveira Martins³

1. Considerações preliminares

A Europa como *espelho* e *mito* emerge em Eduardo Lourenço, enquanto “europeísta convicto”, como uma dos temas centrais, recorrente, quer de maneira explicitamente declarada quer hiper-implícita e para-explicita. Assim bem analisa Miguel Serras Pereira, esta complexa arena de sentido que é a Europa implica “dessacralização, ou desencantamento (numa acepção deste

¹ Historiador. Presidente da Direcção do Instituto Europeu de Ciências da Cultura Pe. Manuel Antunes e membro da Direcção do Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa. Tem mais de duas dezenas de livros publicados sobre temas da Cultura Portuguesa e Europeia, Filosofia, Ciências da Educação e Teologia.

² Miguel Real, *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*, Lisboa, Quidnovi, 2008, p. 19.

³ Guilherme d’Oliveira Martins, *Portugal: Identidade e Diferença*, Lisboa, Gradiva, 2007, p. 172.

termo próxima daquela que assume nos contos de fadas), de qualquer estado de facto ou instituição global de indivíduos e da sociedade – ser simultaneamente uma aposta na imaginação mítico-poética que permitirá a essa arena (...) religar-se à fonte onde tem origem”.⁴ Esta *arena de sentido*, continente real e imaginário de identidades múltiplas, em Eduardo Lourenço tem na origem a reflexão numa relação dialógica que o acompanhará sempre, de algum modo, a relação pensante com Portugal, ou melhor, de Portugal com a Europa no quadro global da sua hermenêutica desmitologizante, a “mitologia crítica”, no dizer do autor citado. Aliás, a presença do tema “Europa” em Eduardo Lourenço é tão frequente quantitativamente e intensa qualitativamente que faz dele um dos maiores, senão o maior autor da cultura portuguesa com mais produção de pensamento sobre a Europa. Eduardo Lourenço é hoje a voz europeia em Portugal e a voz de Portugal da Europa, enquanto voz cultural por excelência.⁵

2. As duas fases do pensamento sobre a Europa

Em Eduardo Lourenço podemos divisar duas grandes fases no seu processo de pensar a Europa. Numa primeira fase, a Europa é pensada no decurso e como função de espelho do seu esforço de pensar e repensar

⁴ Miguel Serras Pereira, “Eduardo Lourenço ou da ‘temática do tempo’ à arena de sentido”, in Maria Manuel Baptista (coord.), *Cartografia Imaginária de Eduardo Lourenço*, Maia, Ver o Verso, 2004, p. 71

⁵ Ver o pioneiro estudo da, ao lado de Miguel Real, maior especialista em Eduardo Lourenço, Maria Manuel Baptista, *Eduardo Lourenço: A paixão de compreender*, Porto, Asa, 2002, p. 418.

Portugal. A Europa-espelho-de-Portugal, no qual o nosso país, pela voz eduardina, se vê e revê, tristemente distanciado e deformado em relação a uma Europa que mitifica, glorifica e endeusa, e com quem, por vezes, se assemelha, quase por milagre. Nesta etapa e nesta visão diagnóstica de Portugal pontificam como emblemáticas quatro obras que, dentro desta fase, também denunciam uma evolução no seu pensamento: a *Heterodoxia* I (1949)⁶ e II (1967)⁷, *Labirinto da Saudade* (1978)⁸ e *Nós e a Europa ou as duas Razões* (1988)⁹.

Eduardo Lourenço apontou o excesso de imaginário mítico e de passado que Portugal carrega sobre si. Este excesso de passado, se é uma vantagem identitária, em alguns aspectos, é também uma ficção mítica que aprisiona o olhar sobre a sua história e o impede de olhar decididamente o presente e de projectar o futuro, enredado que fica na espera agónica de sebastiões de outro tempo que possam ressurgir para resolver a nossa crise - os problemas de um Portugal-sempre-em-crise.

Mas com o amadurecimento do seu pensamento, Eduardo Lourenço vai recusar aquela distinção, que numa primeira fase parece claramente defender, entre duas Europa dentro da Europa, a peninsular, “a Europa Menor”, onde na mesma barca de diagnóstico do atraso encaixa Portugal e Espanha aquém da Europa transpirinaica, a outra Europa Maior. Escreverá já nos anos oitenta, procurando legitimar a nossa entrada de pleno direito na

⁶ Eduardo Lourenço, *Heterodoxia (I)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1949.

⁷ *Idem*, *Heterodoxia II*, Coimbra, Coimbra Editora, 1969.

⁸ *Idem*, *Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Povo Português*, Lisboa, D. Quixote, 1978.

⁹ Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as duas razões*, 3ª ed., Lisboa, INCM, 1990.

Comunidade Europeia: “Numa Europa sujeito e objecto de fluxo cultural planetário, onde tudo é centro e margem, as ‘duas razões’ que separavam, hierarquicamente, uma Europa-Europa de uma Europa Menor já não servem de critério distintivo, senão a título histórico. Espanha e Portugal deixaram de ser aquelas áreas culturais onde, na época moderna, só por milagre nasciam os Cervantes, os Camões, os Goyas, os Machados e os Pessoaas”.¹⁰

Mais tarde distinguir-se-á uma segunda fase em que esse pensamento sobre a Europa ganha alguma autonomia em relação ao seu pensamento central sobre o seu país, especialmente depois da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia e com as obras de referência em que se destacam *L’Europe introuvable* (1991)¹¹, *A Europa desencantada: para uma mitologia europeia* (1994)¹² e *A morte de Colombo – Metamorfose e Fim do Ocidente como mito* (2005)¹³.

Embora esta segunda fase, que poderíamos chamar de pensamento autónomo sobre a Europa e sobre a sua identidade e deriva, não implique o abandono do pensamento sobre Portugal, que, de facto, nunca suspende, mas continua em paralelo ou de maneira correlacionada, em livros e textos dispersos, em que sobressai *Portugal como destino ou mitologia da saudade* (1999)¹⁴ e *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia* (1999)¹⁵.

¹⁰ *Ibidem*, p. 67. Ver também *O outro lado da Lua: A Ibéria segundo Eduardo Lourenço*, Edição e entrevista de Maria Manuel Baptista, Porto, Campo das Letras, 2005.

¹¹ *Idem*, *L’Europe Introuvable*, Paris, Ed. A. Marie Métailé, 1991.

¹² *Idem*, *A Europa desencantada: Para uma mitologia Europeia*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva, 2001.

¹³ *Idem*, *A morte de Colombo – Metamorfose e Fim do Ocidente como mito*, Lisboa, Gradiva, 2005.

¹⁴ *Idem*, *Portugal como destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999.

¹⁵ *Idem*, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999.

3. A Europa pensada em função de Portugal

A Europa como objecto de reflexão e estudo começa a desenvolver-se no pensamento de Eduardo Lourenço especialmente a partir do primeiro capítulo de abertura da sua primeira obra de referência, *Heterodoxia I*, articulada com a sua preocupação pensante das trajectórias históricas da cultura portuguesa. Aqui a Europa funciona como meta utópica. Portugal e o seu progresso/retrocesso é arguido em função de uma avaliação a partir da relação binomial de aproximação/distanciamento em relação à parte mais progressiva do continente em que está inserido.

Nesta fase, importa não perder de vista em Eduardo Lourenço a centralidade de Portugal, da sua identidade, a “doença” do seu imaginário e deriva, que é pensada criticamente à luz de dos vectores que mobilizam o autor: a paixão e a preocupação pelo seu país de nascimento.¹⁶

A sua ideia de Europa começa por inscrever-se originária e genealogicamente na corrente inaugurada pela racionalidade iluminista estabelecida em Portugal, nomeadamente a partir da II metade do século XVIII, pela matriz pombalina de olhar com preocupação grave o distanciamento de Portugal em relação ao mundo europeu dito culto, iluminado e progressivo.

¹⁶ Cf. Miguel Real, *Eduardo Lourenço: Os Anos de Formação (1945-1958)*, Lisboa, IN-CM, 2003.

Para a matriz aqui designada do iluminismo português, canonizado com timbre oficial e estatal, contribuíram modelarmente pensadores de craveira como Luís António Verney, António Nunes Ribeiro Sanches, António Pereira de Figueiredo e Frei Manuel do Cenáculo. Os dois primeiros ao lado de Pombal, no conhecimento por dentro da Europa mais avançada, isto é, viajando, vivendo e trabalhando no coração dessa Europa pulsante de razão, arte e ciência novas, onde se destacaram países como a França, a Holanda, a Itália, a Inglaterra e a Áustria.¹⁷

Aurindo da sua experiência de contacto com a Europa, como viajantes, estudiosos, diplomatas, correspondentes, poderem estabelecer um confronto crítico entre os reinos ditos iluminados, onde as artes e as ciências avançavam ao serviço da afirmação dos povos, e a situação presente de Portugal. É certo que nos séculos anteriores, intelectuais viajantes portugueses da Europa, como são os casos de Damião de Góis e de Vieira, puderam colher lições importantes para modificar a realidade portuguesa, em muitos aspectos imóvel no tempo e contente consigo e com o seu passado glorioso.¹⁸

Certo é que o iluminismo instaurou política e culturalmente a necessidade mobilizadora da mudança, da fractura, da revolução em nome da regeneração de Portugal à luz do paradigma de uma Europa que também se

¹⁷ José Eduardo Franco e Annabela Rita, *O mito do Marquês de Pombal: A mitificação do Primeiro-Ministro de D. José I pela Maçonaria*, Lisboa, Prefácio Editora, 2004, passim.

¹⁸ Na sua análise sobre a identidade portuguesa, Eduardo Lourenço afirmava claramente aquilo que recentemente Manuel Clemente veio a classificar no seu *Portugal e os Portugueses* (Lisboa, Assírio e Alvim, 2008): “Portugal é um povo bíblico”. Com efeito, Eduardo Lourenço considera que “nas relações consigo mesmos os Portugueses exemplificam um comportamento que só parece ter analogia com o do *povo judaico*. Tudo se passa como se Portugal fosse para os Portugueses como a Jerusalém para o povo judaico.” Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou a duas razões*, p. 10.

mitificava na percepção hiper-valorizada daqueles que a faziam modelo e utopia de novos tempos para o nosso país.

A corrente inaugurada pelos intelectuais iluminista impõe a necessidade de repensar e reformar Portugal ao mesmo tempo que se afirmava hiperbolicamente o poder do Estado e a sua centralidade. Data desse período a emergência de uma espécie de religião do Estado assente na concentração do poder total na pessoa do Rei e dos seus ministros, entendida como forma única de garantir a felicidade do povo - que se figurava imageticamente brotar das mãos do monarca – que, por sua vez, recebia o poder legitimador directamente de Deus.¹⁹

O Marquês de Pombal encabeça e simboliza esta nova corrente de cariz iluminista que, em Portugal, se vai denominar especificamente de Pombalina.

É neste momento refundante do Reino, em que se aspira, com sabor mítico-utópico, a uma *renovatio temporum*, que se estabelece a uma avaliação profundamente negativa do recente passado bissecular, dito jesuítico, de um Portugal que teria desaguado numa calamitosa situação presente. O diagnóstico crítico pombalino cria de forma culturalmente conceptualizada os conceitos de decadência, de degenerescência, de atraso, de ignorância, de falta de luzes, de obscurantismo e de ostracismo.²⁰

¹⁹ Ver “A Ideia de Europa nas Reformas Pombalinas da Educação”:<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/Jose%20Eduardo%20Franco.htm>.

²⁰ Cf. José Eduardo Franco, *O mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil, no Oriente e na Europa*, Pós-fácio de Eduardo Lourenço, Vols. I e II, Lisboa, Gradiva, 2006-2007, passim.

Instaura-se aqui o conceito de atraso, de distanciamento grave em relação ao modelo louvado da Europa Culta. Estabelece-se a base para se afirmar o conceito, que virá a impor-se mais tarde, de um Portugal país-cauda-da-Europa, ou de última carruagem do comboio da Europa progresso.²¹

Esta visão de Portugal construída na elaboração de uma história judicativa, “partidária” no dizer do Borges de Macedo²², que se elabora e pensa triadicamente, ou tridimensionalmente, bebendo, de algum modo, na visão cíclica dos esquemas mítificantes de leitura do devir histórico.

Acentua-se o diagnóstico de uma fase de decadência da histórica bem delimitado, que é antecedido por uma idade de Ouro que se engrandece e tende a instituir-se como modelo de revisitação e de recuperação para afirmar plenamente e em apoteose uma *renovatio temporum*, numa Nova Era figurada com contornos utópicos. Nesta era *quasi* escatológica, o país atingiria a realização plena como povo, a sua destinação última, na leitura iluminista e depois cientista, já no século de Oitocentos, consubstanciada na idade da razão e da ciência.

O século XIX liberal vai acentuar, pois, o diagnóstico pombalino, nomeadamente com o pensamento emblemático da Geração de Setenta que se agravará na avaliação decadentista mais pessimista e trágica da Tertúlia dos Vencidos da Vida. Entre os intelectuais que decretaram o diagnóstico negro,

²¹ Cf. José Eduardo Franco, “Portugal, de face a cauda da Europa: Notas para o estudo da ideia de Europa na Cultura Portuguesa”, in *Brotéria*, Vol. 167, 2008, pp. 191-199.

²² Jorge Borges de Macedo, “Marquês de Pombal”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. V, Porto, Figueirinhas, 1980, pp. 113.

preponderam figuras cimeiras da cultura oitocentista como Almeida Garrett, Eça de Queirós, Alexandre Herculano, Antero de Quental, Oliveira Martins, entre outros.²³

Na viragem do século, outros pensadores críticos, como Sebastião de Magalhães Lima, Sampaio Bruno e António Sérgio, se assumirão como analistas participantes deste diagnóstico discutindo e afirmando o conceito de Reino Cadaveroso que já vinha de António Nunes Ribeiro Sanches para caracterizar metaforicamente esse Portugal velho que resistia ao progresso modelado pela Europa da razão e da ciência.²⁴ Caracterização dessa velha resistência que Jorge de Sena glosará em pleno Estado Novo, intitulado a sua desilusão por este Portugal incriativo pelo conceito metaforizado de *Reino da Estupidez*.²⁵

Eduardo Lourenço é, pois, herdeiro desta corrente que procura fazer o diagnóstico da situação Portuguesa face ao paradigma progressivo Europeu. Neste quadro, a Europa é pensada e olhada na sua relação com a discussão da ideia de Portugal e da necessidade de avaliar Portugal e até a viabilidade de Portugal como nação.

²³ Cf. Luís Machado de Abreu e José Eduardo Franco, *Dois exercícios de Ironia: 'Defesa da Carta Encíclica de Pio IX' de Antero de Quental e 'Contra dos Jesuítas' de Sena Freitas*, Edição actualizada e notas críticas, Lisboa, Prefácio, 2005, passim.

²⁴ Cf. José Eduardo Franco, “La idea de Europa en los escritos masónicos del período del liberalismo portugués: el pensamiento europeísta y universalista de Sebastião de Magalhães Lima”, in J. A. Ferrer Benimeli (Coord.), *La Masonería española en la época de Sagasta. Actas do XI Symposium Internacional de Historia de la Masonería Española (Logroño, del 6 al 8 de Julio de 2006)*, Vol. II, Zaragoza, Gobierno de Aragón, 2007, pp. 1061-1082.

²⁵

Inscrevemos, portanto, o pensamento lourenciano na referida corrente que podemos apelidar de europeísta ou de europeizante, que pensa e repensa a identidade portuguesa, a sua situação e as condições de progresso por contraponto a uma dada Europa, e tendo esta como medida e prumo do seu estado de progresso, ou melhor de não progresso.

Nesta primeira etapa, o pensador olha a Europa a partir, portanto, de uma perspectiva portuguesa e da avaliação do estado de progresso de Portugal a diversos níveis.

Em pleno Estado Novo, que se afirma com um ideário declaradamente anti-europeu consubstanciado na afirmação salazarista do “orgulhosamente sós”, Eduardo Lourenço, na abertura da sua *Heterodoxia I* editada pela primeira vez em 1949, reedita a avaliação do diagnóstico do atraso português em relação à Europa formulado na ideia de ruptura dialógica de Portugal com a parte mais criativa e avançada do continente em que está inserido.

No título sugestivo desse capítulo de abertura: “A Europa ou o diálogo que nos falta”, o autor aponta, filiando-se naquela longa tradição diagnóstica das *causas da decadência dos povos peninsulares* inaugurada por Antero de Quental, os motivos do corte dialógico e os campos em que o diálogo mais gravemente se fez sentir, fechando Portugal num imobilismo que o colocou em situação de cauda da Europa, e de que o presente era expressão gritante.

O silêncio que impediu o diálogo e o progresso, no entender de Eduardo Lourenço, esteve na ausência de uma ruptura, de choque decisivo

em termos religiosos, de revolução filosófica e em termos de criação científica. Aponta assim sucintamente essas razões: “Passando à margem dos três decisivos acontecimentos espirituais da idade moderna – a cisão religiosa das reformas, a criação da físico-matemática e a filosofia cartesiana -, a nossa cultura dos séculos XV e XVI perdeu o que tinha de vivo e prometedor, para conservar apenas o comentarismo ruminante e estéril, do qual aliás jamais se libertaria completamente, mesmo nas suas horas mais felizes”.²⁶

São estes, pois, os domínios onde o diálogo não se verificou deixando-nos fatalmente entregues a nós próprios, estando isso na base da afirmação judicativa global de partida: “O mundo da cultura portuguesa arrasta há quatro séculos uma existência crepuscular”.²⁷

Reconhece, todavia, que houve esforços no sentido de procura e aproximação daquele que é apresentado como medida e meta: “ascender de novo ao espírito da Europa”.²⁸ No entanto, lamenta que esses rasgos, essas tentativas louváveis foram enfermadas pelo facto de não terem constituído um movimento contínuo, determinado e forte. Foram tentativas individuais, isoladas que não garantiram consistência capaz de lançar decisivamente Portugal para a frente: “E os casos isolados a que nos referimos? Fernão Lopes, Nuno Gonçalves, Camões, Bernardim, Gil Vicente, Pedro Nunes? Cada um deles pertence a um período cultural fora de consideração do nosso

²⁶ Eduardo Lourenço, *Heterodoxia I, op. cit.*, p. 7.

²⁷ *Ibidem.*

²⁸ *Ibidem.*

tema, pois fazem parte de uma fase da nossa cultura ainda identificada com o sentido fundamental da cultura cristã ou humanista da Europa do seu tempo. Eles provam o nosso ponto de vista, não o desmentem”.²⁹

Nesse período do humanismo renascentista, Portugal estava, na perspectiva do pensador, ainda umbilicalmente ligado à Europa e participava e, de certo modo, também como protagonista do Espírito da Europa, de algum modo vendo nessa participação aquilo que fez a época mais luminosa da História de Portugal.

Depois, e alinhando claramente na leitura decadentista instituído de forma claramente afirmada pela Geração de 70, apenas vê depois disso casos isolados de tentativas de religar Portugal à Europa: “Os casos isolados a que aludimos são antes os de Verney, de Herculano, de Oliveira Martins, de Antero, de Gama Barros ou, mais junto a nós, o de Raul Proença, para não falar senão de autores mortos”.³⁰

Na sequência da tentativa iniciada pela I República de restauração do diálogo perdido, levando ela ao extremo essa tentativa e de maneira trágica com a entrada na I Guerra Mundial, o regime de Salazar consagrou como doutrina de Estado o corte do diálogo desejado pela voz intelectual europeísta que via nessa religação umbical o segredo para o nosso progresso e afirmação moderna e modernizante.

²⁹ *Ibidem*, p. 8.

³⁰ *Ibidem*, p. 9.

4. Pensamento autónomo sobre a Europa

Mais tarde este jovem pensamento lourenciano sobre a visão de Portugal na sua relação com a Europa vai evoluir, distanciando-se e complexificando-se criticamente em relação aos seus referentes intelectuais antecessores, nomeadamente do pensamento ensaístico de António Sérgio.

Analisando, já muito recentemente, a visão esfíngica de Fernando Pessoa que eleva Portugal ao estatuto de olhar, de face da Europa, Eduardo Lourenço acusa essa univalente e totalizante valorização mítificante da Europa “sinónimo de civilização e cultura”, na linha de Eça e dos Vencidos da Vida: “Este olhar de Portugal como Europa, não enxergando nada diante dele que valha a pena – salvo uma América que se prepara para ser o Império Romano que a Europa não tem a força de sonhar - não é apenas a utopia de uma poeta apto como ninguém para apreender a ausência da realidade do que chamamos Mundo e História, enquanto espera de uma cada vez mais improvável vinda de Godot, mas o mito mesmo de uma cultura que a nossa Poesia glosou e glosará sem fim, o mito sebastianista que não tem, em suma, outro conteúdo que não o regresso sem fim de Portugal ao seu estatuto onírico de olhar-mundo que foi outrora por conta da Europa e de ninguém”.

Este Portugal hiper-fixado na Europa e na ideia que tem dela, com o muito de irrealismo que há também nessa imagem, deve muito a essa mitologia que o mobiliza, no entanto, para o desejo de progresso e para a

culpabilização pelo seu não progresso. Portugal deve menos, no dizer de Eduardo Lourenço, “ao orgulho e à arrogância inerentes à sociedade europeia, tão contente consigo, do que ao ressentimento de todos os que dela se crêem excluídos – ou o são realmente – enquanto banquete dos deuses.”

Quanto à Europa e à sua cultura, Eduardo Lourenço não é menos crítico e a sua análise não é menos psicanalítica, como o tinha sido em relação a Portugal e à sua cultura nacional. É este o retrato-diagnóstico da cultura europeia: “Não há no mundo exemplo de cultura mais masoquista do que a europeia. Outrora esse sentimento era um luxo de ricos que Rousseau, o sonhador de olhos abertos de Genebra, ilustrou e analisou como ninguém, à espera de Nietzsche para o radicalizar”.³¹

Nas obras que dedica à compreensão da Europa de forma autonomizada em relação à sua preocupação por Portugal, Eduardo Lourenço, acaba, pois, por aplicar o método de diagnóstico psicanalítico-cultural usado para o caso de Portugal. Embora não arriscando chamar-lhe psicanálise da mitologia Europeia, não deixa de ser do mesmo modo uma tentativa de por a nu criticamente a fantasmagoria europeia, desconstruindo o seu imaginário de si, o seu excesso de memória, o peso problemático do seu passado, em nome do reencontro da Europa consigo mesmo nas condições

³¹ Eduardo Lourenço, *Eduardo Lourenço: Honoris Causa pela Universidade de Bolonha*, Destacável da Newsletter da Fundação Calouste Gulbenkian, Janeiro de 2008, N.º 89, não paginado.

reais do seu presente, em ordem à construção do futuro possível e realisticamente desejável.

Neste sentido, preocupa-o e salienta o facto de “a chamada ‘Europa’ ser “uma ‘entidade’ menos definida, não só porque histórica e culturalmente assim é, mas porque nenhum desses actores da cena mundial tem interesse em que o venha a ser”.³² Neste quadro problemático encontra “a raiz objectiva da fragilidade europeia”. Esta Europa “frágil na cena do mundo”, com dificuldade de “se constituir com um mínimo de coerência política”, tem *deficit* de ligação afectiva da parte dos cidadãos europeu. A Europa necessita de constituir-se como um referente afectivo mobilizador, isto é, de impor-se no imaginário dos europeus com suficiente carga mítica e utópica.

A carência de mitificação necessária para concitar afectividade, emoção pela Europa como um todo é um dos aspectos estruturantes da fragilidade europeia actual. Por isso o autor lamenta: “quarenta anos de sonho europeu não fizeram da Europa um ‘mito’ para a consciência do cidadão comum da Comunidade Europeia”.³³ Urge, em seu entender, reinventar a Europa, agora no plano do imaginário, atribuindo a este e à sua intervenção e definição estratégica um valor decisivo: “Ou se a palavra ‘mito’ assusta, pelas suas conotações irracionais, ao menos um referente, de conteúdo cultural e imaginário naturalmente partilhável, uma espécie de património comum, em função do qual tenha algum sentido ou possa mesmo ser uma finalidade

³² *Idem, A Europa desencantada, op. cit., p. 9.*

³³ *Ibidem.*

exaltante inventar uma ‘Europa’ que por ter existido de mais não sabe que não existe com aquela imperiosa evidência dos que escapam à subalternização histórica”.³⁴

A dificuldade básica da Europa nova erguer-se como mito viável no imaginário dos seus cidadãos deve-se certamente a essa consciência de subalternização em virtude da assunção de novas potências imperiais que a ultrapassaram e abateram o seu eurocentrismo que tinha conquistado no último milénio. Mas também, sem dúvida, por ainda estarem muito acesos e em revivalismo surpreendentes os afectos nacionalistas, que se constituem como referentes mítico fracturadores do projecto de União Europeia.

Por isso, a consciência de pertença a uma Europa Una deverá ser um trabalho transformação e formação de mentalidade, um trabalho da ordem do mítico, e como tudo o que implica transformar mentalidades, demora séculos: “Tornarmo-nos ‘europeus’ levará longos anos, talvez séculos, se isso supõe uma ‘nação-Europa’”.³⁵

Dado este diagnóstico e estabelecida a terapêutica para a ausência de uma ideia afectiva da Europa, Lourenço tenta na sua reflexão definir aquilo que entende ser este continente assim intitulado e tornado projecto político e utopia de convivência comum de povos e culturas. Mais facilmente encontra melhores vias de definição pela negativa. Assim, começa por considerar claramente que “a Europa não é uma nação. Também não é um conjunto de

³⁴ *Ibidem*, pp. 9-10.

³⁵ *Ibidem*, p. 30.

nações já estruturado para se viver e agir como uma nação.”³⁶ Sempre foi, com bem percepção, um continente de identidades múltiplas em dinamismo triádico de construção, desconstrução e reconstrução: “... a Europa continua a viver-se como continente-Penélope. No que a Europa – como ideal ou utopia – sempre tropeçou, foi em sim mesma.” De facto, conclui que “a Europa foi sempre apenas Europas para retomar o belo título de um livro de Yves Hersant.”³⁷

Mas lá chega a uma definição, embora sempre dubitativa, do seu objecto de reflexão e preocupação, pela positiva: “A Europa é – uma parte dela – é um trama de forças económicas, de dispositivos de ordem financeira, administrativas e mesmo políticas de um nível e coerência notáveis, mas suspensa da concretização efectiva desse horizonte. Europa que lhe daria um suplemento de existência”.³⁸ E não deixa de ver a Europa nova que está a ser construída como uma ficção ainda carente de sustentação com alicerces seguros, capazes de a manter em duração longa: “A FICÇÃO-EUROPA precede da sua encarnação, a essência (virtual), a sua existência.” No presente, a Europa é um projecto em concretização que vive e se alimenta de ideal, a apesar de tudo, tem resultado: “A Europa é – neste momento – uma espécie

³⁶ *Ibidem*, p. 234.

³⁷ *Ibidem*, pp. 237-238.

³⁸ *Ibidem*, p. 234.

de *ideal* à maneira de Kant, ponto de fuga do projecto europeu. Não é pouco”.³⁹

5. Manifesto em favor de um mito para a Europa

O resultado crítico e, desencantado numa primeira análise, do seu diagnóstico não o leva a um apelo em favor da desistência em relação ao projecto-Europa. Antes advoga que “uma utopia europeia assumida só é digna de ser vivida como vitória da Europa sobre a Europa, da ficção de si mesma que, consciente ou inconscientemente, tem condicionado o seu destino, contra a sua realidade. Em suma, do triunfo da sua sublime não identidade sobre os fantasmas da sua alucinada identidade”.⁴⁰ Eduardo Lourenço acaba por terminar o seu livro dedicado especificamente a desenvolver um pensamento autónomo sobre a Europa com um manifesto em favor da recriação, invenção de uma utopia consistente para a “Europa/Democracia/Liberdade”, em ordem a construir uma “imagem identitária para a Europa”, “a partir de um imaginário cultural partilhável pelos Europeus”.⁴¹

Em suma, Eduardo Lourenço, revelando-se, nas suas obras, como um mestre da desmitificação e da desconstrução à maneira derridariana, torna-se,

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 240.

⁴¹ *Ibidem*.

por fim, o advogado de uma mitificação, da criação de um mito e de uma utopia para a Europa.⁴² Como analisa Maria Manuel Baptista, “na verdade, o discurso utópico mais recente de Eduardo Lourenço, e que se tem espreado sobretudo pelas temáticas ligadas à construção/invenção da Europa (reflexão sempre determinada pela questão da Liberdade e da Democracia), designa-o, frequentemente, o próprio filósofo, como *discurso mítico*”.⁴³ De facto, o autor mitocrítico e mitólogo, conhece melhor do que ninguém a função unificadora do mito e da utopia enquanto criadores de sentido e mobilizadora de acção.

⁴² Idem, “L’Europe et son imaginaire”, in *L’Europe des Nations*, Lisboa-Paris, Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 141-146.

⁴³ Maria Manuel Baptista, *Eduardo Lourenço: A paixão de compreender*, op. cit., p. 417.